

INFORME JB

VALÉRIA BLANC, com sucursais

A CPI do Orçamento aprecia hoje uma proposta radical contra a corrupção no Orçamento de 1993.

Em reunião plenária, os membros da CPI decidirão se aceitam requerimento entregue ao seu presidente, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), impondo imediata auditoria em todas as obras públicas de grande porte e que estejam em andamento no Brasil.

Aprovado o requerimento, obras como a Linha Vermelha, no Rio; o metrô de Brasília; e a usina hidrelétrica de Xingó teriam suas previsões de gastos minuciosamente cheçadas, para investigar suspeitas de que o Orçamento deste ano superfaturou previsões de custos a fim de saciar a fome de propinas de grupos políticos e empresariais interessados.

A avaliação do autor do requerimento, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), é de que o sistema de pagamentos de propinas está maquiado no Orçamento em vigor, através de dotações para a realização de obras públicas por preço superior ao valor real.

— Dessa diferença, são extraídas as propinas, e não é difícil concluir que todas as obras públicas estão sendo executadas a partir desse Orçamento viciado — afirma.



O deputado alerta que ainda é possível livrar das falcatruas o Orçamento de 1993 porque, até o momento, somente 28% dos gastos previstos foram liberados nos diferentes ministérios. Mas adverte:

— Se a CPI não tomar providências rapidamente, as grandes empreiteiras terão um superlucro.